

História da educação na região oeste do Paraná: o Projeto Especial Multinacional de Educação - MEC/OEA

Resumo

Discute a história da educação na região Oeste do Paraná, a partir dos documentos do Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai e Uruguai- MEC/OEA entre 1975 à 1983. Evidencia a importância da pesquisa documental em arquivos como um instrumento fundamental para o estudo da história da educação, relacionando os aspectos políticos e econômicos em contexto histórico que possibilitam compreender da realidade escolar. Examina os documentos do referido projeto buscando referências teóricas em Alves (2001), Ribeiro (2003) e Germano(1994). O modelo de estruturação das relações entre o Brasil e os EUA viabilizavam a educação na perspectiva da modernização das relações capitalistas no país. Desta maneira, a escola em si não está limitada somente à questão escolar em sua singularidade, mas sofre as influências históricas e acontecimentos que estão a sua volta.

Palavras-chave: História da Educação, Escola Pública, Projeto MEC/OEA, Oeste do Paraná.

Lidiane Maciel Mufatto

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
lidianemufatto@hotmail.com

Introdução

A preservação das fontes primárias possibilita escrever a história da educação, na medida em que elas se relacionam com o todo, não devendo, apenas dar continuidade na produção histórica em si, mas aprofundar e enriquecer a compreensão, acerca das transformações na sociedade.

Os registros documentais e históricos são fundamentais para o estudo da educação, na medida em que as fontes levam a perceber sua organização formal e informal, a legislação, suas mudanças, dificuldades administrativas e demais atividades que regem uma escola. Com isso buscamos compreender a importância do Projeto MEC/OEA no processo de constituição da Escola Pública na região oeste do Paraná.

Com o resultado da primeira pesquisa realizada no PIBIC, baseada nas fontes escolares e não escolares, foram encontradas diversas caixas empilhadas em um depósito de materiais na AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) onde estavam guardados documentos que registram parte do desenvolvimento da história da educação na região do Paraná.

Foram identificados documentos do Projeto MEC/OEA (Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil – Paraguai – Uruguai) da ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná) sendo transferidos para o Arquivo Central da biblioteca do Campus da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) de Cascavel, mediante do termo de responsabilidade.

Com a transferência da documentação foi possível a separação final do material, traçando um caminho dos assuntos com clareza nas informações que estão guardadas e organizar para um armazenamento adequado. Com a implantação e organização de arquivos podemos agilizar a catalogação da documentação.

Neste artigo, procuramos abordar a importância da pesquisa documental em arquivos, como uma das ferramentas utilizadas para construção deste trabalho. Situamos um breve contexto que aborda os aspectos econômicos e políticos que auxiliaram para a compreensão da formação da história da escola pública da região oeste do Paraná. Em

seguida, caracterizamos o Projeto MEC/OEA, como objeto de reflexão dialogando com os documentos, seguido das considerações finais.

A importância da pesquisa documental em arquivos

Nas últimas décadas, verificamos na pesquisa educacional a presença de duas tendências que influenciaram nos estudos de campo da história da educação: o Marxismo e a Nova História. A primeira refere-se à importância colocada à categoria de classe social para o entendimento da educação. A segunda considera os grupos sociais valorizando os sujeitos considerados excluídos pela história, como as crianças e as mulheres.

Neste cenário urge a importância da preservação da memória histórica mediante a valorização de arquivos e fontes em condições adequadas. A história nos traz ao conhecimento científico de que ela se forma por meio do movimento, pois, nada ocorre por acaso, mas por fatores anteriores que ocasionam em condições propícias para um novo momento histórico.

Não podemos desconsiderar outros fatores da pesquisa, conforme diz Maria Elisabeth Blanck Miguel (2007) ao afirmar que:

[...] para compreender melhor o que as fontes comunicam, se faz necessário que elas mesmas sejam consideradas dentro de sua história e em um contexto mais amplo, pois a compreensão da história das instituições escolares guarda uma profunda inter-relação com a história do contexto no qual tais instituições se situam (MIGUEL, 2007, p.38).

Os estudos sobre a memória da história da educação levantam condições que auxiliam na reflexão sobre a atuação importante do homem na sociedade, expressando os conhecimentos, conceitos, ideias e valores em relação ao seu desenvolvimento educacional.

Alga Rodrigues de Moraes Von Simson (2000, p.63) nos lembra que a “Memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos, etc.)”. Muitas vezes perdemos a consciência do quanto é importante ter ferramentas que nos

auxiliam em lembrar a nossa história, elas nos ajudam exercitar a memória em lembrar o passado e como ele se deu para construir o que vivemos.

Simson, ainda esclarece o papel do Centro de Memória:

O Centro de Memória é uma instituição-memória que realiza um trabalho ligado à história social de Campinas e região, ou seja, a região que se desenvolveu no Estado de São Paulo a partir da importância e relevância desta cidade como grande pólo econômico, social e cultural surgido do século XIX, a partir do sucesso da cultura cafeeira. O trabalho do Centro de Memória envolve vários setores do conhecimento, como antropologia, sociologia, história, geografia, arquitetura, educação e cultura (SIMSON, 2000, p.69).

Na valorização da memória histórica, o Centro de Memória da Unicamp, tem sido nos últimos anos uma referência que conta com o apoio e colaboração da comunidade, com pesquisadores e demais interessados no resgate e construção dos conhecimentos. Devemos nos atentar sobre a importância de ter uma pesquisa organizada e que tenha um fundamento para que possa apresentar um resultado final satisfatório não só para o pesquisador, mas para todos aqueles que queiram lembrar o seu passado e compreender o presente.

Segundo Simson:

Para compensar esse caráter racional e organizado que o trabalho com a memória das instituições-memória precisa necessariamente apresentar, caráter esse que as impediria de captar a riqueza cultural dos fatos sociais, pois trabalha-se com objetos que os representam, torna-se indispensável não nos voltarmos para simples vestígios ou documentos isolados, mas elaborarmos conjuntos documentais que nos permitam captar a intencionalidade e o simbolismo do corpo social ao registrar seu passado (SIMSON, 2000, p.68).

O trabalho em organizar materiais que estão ligados com a história da educação, envolvendo a história social em alguma região, deve-se ter o cuidado em reunir dados para a correta análise. Trazendo a facilidade na busca dos registros por estarem reunidos em apenas um local, o pesquisador não tem a preocupação em ter que procurá-los sem saber o que irá encontrar ou não, disponibilizando de mais tempo para suas análises.

Eliane Dutra Amorim (2000), nos mostra a importância sobre a guarda dos documentos e informações com as novas tecnologias, onde bibliotecários e arquivistas fazem uso dessas ferramentas como meio de digitalização com o objetivo de preservar o documento. Este recurso evita o contínuo contato com o documento original e também por ser mais rápido o acesso para o pesquisador na versão digital .

Amorin diz que:

Aos Profissionais que trabalham com a memória, o arquivo se oferece como um laboratório onde são encontradas as bases para sua pesquisa. Portanto, arquivos bem organizados contribuem para a pesquisa e estimulam a produção intelectual. Podemos afirmar que a produção intelectual brasileira tem sido prejudicada pela desorganização dos órgãos de documentos. Quantas pesquisas foram inviabilizadas porque os documentos encontravam-se desordenados e dispersos (AMORIN, 2000, p.90).

A utilização das novas tecnologias e o encerramento da tarefa que o arquivista realizou, tem-se então a real finalidade da guarda do documento quando este se coloca a disposição do pesquisador, onde vai auxiliar na formação da história em seus inúmeros aspectos.

Quando nos referimos à conservação de documentos com o uso das tecnologias, é devido a possibilidade de termos o acesso na íntegra por meio de outros jeitos que não seja o uso direto e frequente dos originais. No desenvolvimento de uma pesquisa junto aos arquivos e fontes, percebemos sua importância na formação do historiador da educação.

Outro fator importante é que o historiador perceba as contradições sociais que podem estar presentes, na documentação levantada:

Com a legislação também acontece o processo de tese, antítese e síntese. Se o homem e a sociedade são um constante devir, como afirmou Gramsci, o mesmo acontece com as leis, pois, a legislação foi e é o mecanismo instituído pela sociedade para mediar esse constante vir a ser do homem e suas relações sociais. (CASTANHA, 2011, p. 09)

Vemos então a importância que a legislação tem para contribuir durante a pesquisa realizada e os fatores sociais que ocorrem durante o desenvolvimento de um determinado período histórico da sociedade.

Não basta levar em conta apenas o fato de interferência da legislação nas fontes, pois em muitos momentos históricos ela teve que sofrer alterações, para se adequar com a evolução e as necessidades que a sociedade foi exigindo conforme o tempo foi e vai passando. Por este lado também não devemos esquecer que a educação também foi sofrendo suas alterações, tendo ela como uma grande ferramenta que interfere diretamente na sociedade como grande referência para o desenvolvimento, se considerarmos juntamente os fatores do capitalismo na forma de produção.

Então segundo Castanha:

Ter clareza do contexto geral é muito importante, mas não basta, pois, conforme a legislação em análise, é necessário se ocupar do contexto micro, ou seja, compreender os meandros da hierarquia administrativa, dos colegiados e instituições de ensino. (CASTANHA, 2011, p. 11)

Deve o pesquisador não apenas se atentar as leis e ficar restritos nelas, mas sim buscar outras fontes que possam contribuir para uma interpretação maior do processo. Articular as fontes educacionais juntamente com as questões que a sociedade traz em seu passado, pode ser uma das metodologias fundamentais para uma busca histórica não deixando de lado as fontes e documentos que podem ser encontrados nas escolas ou em outros locais que possam ter arquivos importantes.

As informações são fundamentais para todo o estudo da educação, de forma que as fontes nos levam a perceber os regimentos dos estabelecimentos, todo o seu funcionamento formal e informal, a legislação, suas mudanças, dificuldades administrativas e todos os demais valores que regem a origem de uma escola com suas variações na organização.

O documento é um discurso sobre a realidade, trabalho pela leitura do historiador, que lhe acrescenta os envolvimento e inquietações do presente. Problematizar o documento como objeto de construção histórica significa, em primeiro lugar, apreender sua historicidade, o que

conduz a uma concepção alargada do documento educacional.
(MORAES, 2005, p.126)

Temos então, a importância deste estudo que sugere um amplo conhecimento, onde as fontes podem expressar muitas motivações, sendo aquelas de interesses público ou privados, mas que de alguma maneira possuem algum tipo de intencionalidade . Portanto, é preciso muito cuidado em contestar qualquer informação, sendo que os arquivos mantém a presença de diferentes tempos históricos, revelando a sociedade brasileira em relação a realidade social, política e econômica.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento histórico possibilita a percepção das mudanças na sociedade. Com a análise histórica, estabelecendo a relação da sociedade com a educação e a cultura em que estão inseridas, ocorrem transformações que demonstram as diferentes características incorporadas. Tem-se então, características construídas de acordo com o desenvolvimento da humanidade, em suas concepções de crescimento e constituição da realidade.

Breve contexto

Diante dos conceitos anteriores discutidos, vemos a necessidade o cenário de criação do Projeto MEC/OEA. Entre 1945-1989 tivemos um conflito entre duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, que lutavam por questões ideológicas em que tinham diferentes concepções de mundo desde o cultural ao econômico. Denominado de Guerra Fria, exerciam com pressões e ameaças frequentes de destruição.

Entre os dois blocos haviam sistemas político e social diferentes, a União Soviética representava o socialismo, mas onde a preocupação de ambas era o domínio e hegemonia de suas influências. As estratégias para a hegemonia de uma das potências era essencial aumentar a rivalidade entre as duas nações.

Segundo Germano estes fatos também influenciaram a história brasileira:

Com efeito, em todo o período 1937-1964, as Forças Armadas clamariam por um Estado forte e ditatorial. Em nome do anticomunismo, combateram o 'subversivismo esporádico das massas populares'

(Gramsci) e, após a Segunda Guerra Mundial, aliaram-se 'á mais poderosa nação americana', convertida em defensora da civilização ocidental e cristã. Em 1984, portanto, no contexto da chamada Guerra Fria, foi criada a Escola Superior de Guerra, (ESG), que daria cunho definitivo à Ideologia da Segurança Nacional, cujas bases conceptuais visavam justificar o controle das Forças Armadas sobre o Estado (GERMANO, 1994, p.47).

Foi neste momento que no Brasil em 31 de março de 1964 ocorreu o Golpe Militar, instituindo um regime ditatorial que perdurou por 20 anos. A ditadura militar foi, entre muitos dos acontecimentos marcantes da história do Brasil, um dos que mais provocou a mudança na vida política do país.

O Estado Militar é assim encarado em sua historicidade, enquanto expressão de uma fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil que ocorre sob a égide dos monopólios e que expressa, sobretudo, os interesses dos conglomerados internacionais, de grandes grupos econômicos nacionais e das empresas estatais, formando um bloco cuja direção é recrutada nas Forças Armadas e que conta com o decidido apoio dos setores tecnocráticos. Por outro lado, esse bloco não pode ser visto simplesmente de forma estática e monolítica, é preciso reconhecer a existência de facções divergentes, porém não contraditórias, no seu interior (GERMANO, 1994, p.21).

O período autoritário eliminou os direitos constitucionais e tinha basicamente como estratégias efetivas a opressão policial e militar. A autoridade militar acima do Estado provoca o estabelecimento de um certo poder, logo, com procedimentos e exercícios que alcançam os espaços econômicos, sociais e políticos, apontando para a política educacional. As atividades utilizadas como opressão tinham como consequência encarceramentos dos líderes considerados ameaças para a sociedade e a apreensão de qualquer material julgado inadequado.

A política educacional deste período não levou em conta as necessidades da classe trabalhadora, mas priorizou o crescimento econômico, conservando os interesses do capital e mantendo a exclusão social, tendo em vista um grande índice de industrialização no país.

Entre 1900 e 1970, porém, as diferenças são bem sensíveis: a população cresceu quatro vezes, a densidade demográfica aumentou quase cinco vezes, a população urbana cresceu mais de cinco vezes e o índice de analfabetismo dobrou. Se se leva a em conta que a população da faixa

etária de 15 anos e mais triplicou ao mesmo tempo que dobrou seu índice de alfabetização, pode-se concluir que houve um esforço da sociedade brasileira para diminuir o número de seus analfabetos (ROMANELLI, 2003, p.62-63).

Podemos analisar que o processo de urbanização é um elemento que explica o aumento populacional de alguma maneira, mas crescente na concentração da área urbana acarretando a procura maior pela escolarização. Este processo, em outro ângulo vê que a disposição regional da população não acontece de forma igual para os locais nacionais, ocorrendo o acúmulo intensificado apenas em certos lugares.

Romanelli sobre isso explica que:

No caso brasileiro, o que se verificou, na verdade foi o fato de a escola manter-se em atraso, em relação ao desenvolvimento. A ruptura do equilíbrio, em que se encontrava a sociedade dual, provocou o rompimento da estabilidade do sistema dual de ensino. Esse rompimento foi gerado por uma expansão escolar que consistiu, antes de tudo, numa expansão feita em função das pressões da demanda efetiva em crescimento. Nessa expansão, todavia, o Estado teve uma participação meramente passiva, tentando, quando muito, soluções de emergência diante das crises provocadas pela pressão social (ROMANELLI, 2003, p.70)

Embora o discurso da democratização do ensino persistia, verificamos uma escola pública considerada excludente por ser deixada de lado pelo Estado. A escola com os poucos recursos que possuía não deixou de cumprir o seu dever em transmitir o conhecimento científico e a sua função social. Sendo o conteúdo da escola o material essencial para a formação de cidadãos, utilizado como básico para o professor se orientar na preparação de suas aulas, mesmo que seja ultrapassado a sua atualização como um manual didático.

Gilberto Luiz Alvez (2001) traz a questão no período da Ditadura Militar que foi aplicado o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAP sendo uma formação e capacitação de professores. Caracterizando as ações do Estado como uma forma de mostrar seus investimentos para a sociedade, no discurso de destinar benefícios para a Educação.

Alves confirma:

Quando a Ditadura Militar concluiu ser ineficiente a ação do PAMP, optou pela sua extinção. As informações reunidas servem, sobretudo, para evidenciar como o parasitismo sempre alicerçou a expansão da escola pública. A rigor, esse professor leigo, ele próprio destituído do pretensão saber escolarizado a ser assimilado pelos seus alunos, nunca foi considerado do ponto de vista da tarefa educativa que deveria executar. Ele sempre foi encarado pelas forças políticas regionais como um correligionário carente de uma fonte de renda, necessidade que se deveria por meio de sua investidura na função de professor ou de outro cargo público qualquer (ALVES, 2001, p.202)

O desenvolvimento do Brasil, neste período priorizou a industrialização. Maria Lucia Spedo Hilsdorf assim ressalta este período:

Começava o período de governo militar, com seu regime centralizado e coercivo e sua política de desenvolvimentismo associado, isto é, a etapa da economia embasada na indústria e dependente do capital estrangeiro. Essa orientação pode ser sintetizada na seguinte frase de um governante da época: 'O povo vai mal, mas a economia brasileira vai bem', indicando que em decorrência da política dos militares e empresários em favor do monopólio econômico, ocorreria o desenvolvimento do país (o chamado 'milagre econômico'), mas com base no crescimento das taxas de concentração de renda e na contenção dos movimentos sociais populares que haviam marcado a década anterior (HILSDORF, 2003, p.122).

Apesar destes investimentos atenderem os interesses do mercado externo com o discurso do desenvolvimento do país, temos outras necessidades nos moldes do capitalismo que pretendiam serem aplicados na sociedade brasileira.

O discurso de base liberal era que se a educação tivesse seus índices elevados, os problemas sociais respectivamente eram solucionados. Investimentos no capital humano para o desenvolvimento da sociedade brasileira, os trabalhadores precisam ter formações específicas para trabalharem com os recursos tecnológicos empregados.

Segundo Hilsdorf (2003), aponta que todo o conhecimento acumulado e ensinamentos alcançados no período de formação escolar obrigatória retratam o 'capital humano' de cada operário, como uma teoria que visa o investimento neste capital para que ocorra o desenvolvimento individual e social.

Explicando a forma de como ocorria os investimentos financeiros na educação brasileira, Maria Luisa Santos Ribeiro traz:

A chamada insuficiência de recursos financeiros para satisfazer as necessidades relativas ao atendimento adequado da população em idade escolar e daquela que em idade escolar não foi atendida não decorre fundamentalmente da amplitude de tais necessidades e sim de uma estrutura econômica construída para produzir a concentração de tais recursos em mãos de minorias internas e, acima de tudo, externas á sociedade brasileira (burguesia monopolista) (RIBEIRO, 2003, p.200-201).

Foi neste cenário de tensionamento que ocorreu a criação do projeto MEC/OEA (Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil – Paraguai - Uruguai), setembro de 1973 com os representantes responsáveis pela educação e cultura dos três países, produzindo a partir da conversa um plano geral para a aplicação e execução do projeto.

Para que o projeto fosse efetivado foi apresentado a seguinte justificativa:

Assim é que, tanto no Brasil como no Paraguai e Uruguai, as reformas educacionais procuram ajustar a escola às realidades socioeconômicas desses países, como também dar atenção especial às variedades de interesses e capacidades dos estudantes, tanto aos que apresentam nível normal de desenvolvimento quanto aos que possuem problemas de conduta ou deficiências de qualquer natureza, como também aos superdotados (MEC/OEA, 1974, p.5).

Desta forma foi que nasceu o projeto, seguindo de várias reuniões para a elaboração e planejamento de como seria sua efetivação. Buscando atender os interesses dos três países e o órgão financiador, com atividades que contemplassem as necessidades das regiões atendidas conforme também a infraestrutura encontrada.

Caracterização do projeto mec/oea

A implantação do projeto MEC/OEA¹ no Brasil foi entre 1975 à 1983, com a proposta de coordenar juntamente com os governos dos três países membros: Brasil, Paraguai e Uruguai, na intencionalidade de ampliar a infraestrutura educacional e possuir um suporte em resolver as dificuldades que fossem aparecendo conforme as necessidades socioeconômicas e culturais.

¹ O projeto MEC/OEA iniciou-se no Uruguai, na cidade de Punta Del Este, onde chefes dos Estados Americanos se reuniram no dia 14 de abril de 1967 para realizar uma declaração, sendo esta com o reconhecimento da anterioridade da educação na política de desenvolvimento das Nações Latino – Americanas.

O projeto aconteceu em duas etapas; a primeira ocorreu em 1975 à 1978 denominando de Projeto 19 e a segunda etapa entre 1979 à 1983, intitulada de Projeto 39. Na região as ações do projeto incidiram sobre os 29 municípios da 210 microrregião do extremo oeste.

Sua meta era apoiar e promover o desenvolvimento da educação, proporcionando também um material didático mais adequado com as características da sociedade regional. Com uma característica principal de atuação benéfica, principalmente por proporcionar a qualificação dos recursos humanos que atuam na alfabetização e nas primeiras séries do primeiro grau do ensino municipal regional².

No que concerne à metodologia de trabalho, o Projeto, nos três países, se desenvolveu de forma descentralizada, valendo-se da infra – estrutura das Universidades, Escolas e Associações, e utilizando os recursos existentes ou potenciais das regiões onde atua, através de atividades de pesquisa, planejamento, cursos – programas, experimentação, assistência a órgãos, programas educativos, seminários, reuniões técnicas, missões de estudo, produção de protótipos de material didático promovendo a geração, multiplicação e intercâmbio de experiências educativas (MEC/OEA, 1983, p.08).

Na década de 70, o Brasil estava com um déficit na educação, necessitando de atitudes emergenciais para combater as elevadas taxas na demanda por escolas.

Pois,

As deficiências do sistema educacional brasileiro, tanto no que concerne á elasticidade da oferta, quanto no que concerne à sua capacidade de criar uma demanda efetiva de educação, são pois, muito mais graves na zona rural do que na urbana. E isso explica, naturalmente, pela forma como se vem processando a chamada revolução burguesa, no Brasil (ROMANELLI, 2003, p.84).

A escolha da região Oeste do Paraná em específico para implantar o projeto MEC/OEA, se deu mediante os impactos produzidos na construção da hidrelétrica de

² Para que isso acontecesse, o projeto se estruturou em seis subprojetos: Subprojeto 01 – Coordenação administrativa interna e orientação técnica do projeto; Subprojeto 02 – Estudos e pesquisas; Subprojeto 03 – Habilitação e aperfeiçoamento de pessoal para a educação; Subprojeto 04 – Capacitação e aperfeiçoamento profissional; Subprojeto 05 – Assistência a Instituições e Programas Educacionais e o Subprojeto 06 – Publicações.

Itaipu. As obras ocasionaram consequências diversas na economia e no campo social dos municípios ao redor, com este aspecto que o projeto se introduziu para atuar no sentido de minimizar a desestabilidade ocorrida, fazendo uso da infraestrutura educativa já existente na região, destinando recursos financeiros para a prática de atividades que completassem com a ação educacional.

Com o êxodo rural muitas pessoas foram morar nas periferias urbanas, resultando na formação de novos bairros, mas que não tinham infraestrutura dos serviços básicos de saúde e de educação. Com este crescimento de forma acelerada, os acontecimentos se juntaram com os da construção da hidrelétrica de Itaipu, que também favoreceram nos reflexos do aumento populacional da cidade de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.

O fluxo migratório para a região tem como origem os Estados vizinhos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do próprio Estado do Paraná e em menos escala os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse fato se explica por ser o extremo Oeste, do ponto de vista econômico, extensão e transposição das práticas agrícolas de ocupação recente, que absorve a população rural de outras regiões, do Paraná e dos Estados do Sul (MEC/OEA, 1982, p.06).

Diante do processo de urbanização do município de Cascavel e cidades vizinhas, como meio de se subsidiar, o projeto realizou um diagnóstico socioeconômico e de educação de basicamente toda a região para a elaboração de um novo plano educacional. Priorizou-se quatro pontos considerados emergenciais: a defasagem (aluno, série, idade), a evasão escolar, problemas de saúde e alimentação e a falta de preparo adequado nos recursos humanos da educação.

A intervenção na área da alfabetização na região do Paraná tem sua origem em problemas levantados pelo diagnóstico Sócio - Econômico – Educacional em três municípios piloto da região, sendo Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. O programa iniciou com o treinamento de Professores Alfabetizadores de zona rural, não habilitados e de classes multisseriadas, em 1976 no município de Toledo, onde os índices de reprovação na 1ª série eram superiores a 50% (MEC/OEA, 1982, p.01).

As interferências educacionais ocorreram baseadas na realidade sócio - econômica de cada um dos países, mostrando uma atuação do projeto para o desenvolvimento e atendimento escolar que possibilitassem a conclusão em nível médio. Também realizando

atividades especiais para a educação especial, dando formação para os professores em cursos específicos.

O projeto tinha a previsão de término para dezembro de 1982, na justificativa de que neste período suas atividades iriam melhorar a qualidade da educação, teve-se um consenso de que as ações desencadeadas pelo projeto não poderiam ser suspensas. Em agosto de 1980, foi criada a ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná) para dar a continuidade ao trabalho do Projeto MEC/OEA ampliando a organização e aprimorando suas metodologias, como suporte educacional aos municípios da microrregião do Oeste do Paraná.

Dialogando com os documentos

No trabalho que realizamos foram catalogados duzentos e sessenta e sete documentos, tratando de diversos assuntos como: Diagnóstico - 1971/78; 1971 – Documentos Preparatórios; 1975 – Relatório Técnico Programa Regional de Desenvolvimento Educativo MEC/FUB; 1975 – Metodologia de Apropriação de Custos Explícitos e Implícitos; 1975 – Modelo de análise do sistema Educacional Convênio MEC/FUB; 1976 – Relatório do Levantamento Estatístico sócio-econômico-educacional de Foz do Iguaçu; 1978 – Relatório Levantamento Estatístico Educacional de Foz do Iguaçu; 1981 – Diagnóstico – Projeto Memória; 1981 – Diagnóstico Universidade, Governo e Empresas regionais – Argentina; 1985/86 – Projeto Intermunicipal - Relatórios Gerais do Projeto: 1976 – Relatório da Apuração dos dados do levantamento D.E.C., comportando também, quatro álbuns de fotos.

Para a compreensão da escola pública na região oeste do Paraná, precisamos conhecer os aspectos econômicos que permeiam a região nesta época. Conforme os documentos registrados para a implementação do projeto MEC/OEA, a região estava passando por um processo de desenvolvimento social e econômico, acarretando em um elevado fluxo de movimentação populacional da área rural para urbana.

O Projeto MEC/OEA priorizou a área educacional, com a formação e especialização de professores e nas escolas, com o atendimento de pediatria e odontologia para atender os setores mais carentes.

Com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, entre os dois países Paraguai e Brasil, considerando que a região estava recentemente passando pelo processo de urbanização, foi rapidamente povoada pelos funcionários na construção, tendo um êxodo rural e que demandava necessidades sociais rápidas.

Conforme os documentos chamados de ‘Diagnósticos’, a intencionalidade do projeto apresentava-se basicamente na formação do aluno e de amparar a demanda educacional existente. Os documentos guias relatam todas as atividades contempladas durante o projeto, registrando notas fiscais da compra de materiais e até ofícios para a contratação de profissionais na atuação no projeto.

Os livros de presença dos alunos e os livros de atendimento médico e odontológico trazem dados quantitativos, mostrando a dimensão que abrangia o trabalho. Os relatórios administrativos trazem dados importantes sobre o funcionamento e as mudanças que ocorriam no período, assim como também os cursos de especializações ofertados para melhorar a qualidade da educação.

Considerações finais

Por meio das questões levantadas, percebemos a responsabilidade em termos de preservar os documentos de maneira adequada. Assim, com a formação de alguns conceitos teóricos foi possível dar o andamento na pesquisa, uma vez que a preservação da memória histórica se amplia conforme o conhecimento em manter os arquivos e fontes em condições adequadas de conservação.

A exploração dos documentos, foi um estudo revelador para elaborar as análises históricas de como se contextualizou a educação na região oeste. Percebemos importância nos documentos, pelos aspectos que articulam ao contexto histórico envolvendo realidade atual da sociedade, sendo um reflexo das atividades anteriores na educação que resultam o cenário em que vivemos.

As análises realizadas junto às fontes, no arquivo central da UNIOESTE onde atualmente estão guardados os documentos, permitiram a compreensão de como se constituiu a escola pública e o processo de atividades desenvolvidas pelo projeto MEC/OEA que interferiram na formação educacional regional. Para tanto, foi necessário buscar informações sobre os autores, entidades e documentos, bem como o estudo do contexto de sua elaboração e realização.

A história nos traz o saber científico de que ela se realiza por meio do movimento (tempo), logo a história da educação põe condições favoráveis para a reflexão e ação relevante que o homem tem diante da sociedade, expressando os conhecimentos, conceitos, ideias e valores em relação ao seu desenvolvimento educacional.

O Projeto MEC/OEA teve a sua importância na história da educação na região oeste do Paraná, marcando a sua atuação no processo para a constituição da escola pública. Contribuiu com a formação de profissionais para o aumento da qualidade e melhorar as condições sociais da comunidade no sentido do aluno estar mais disposto para o aprendizado.

Na educação em seu processo de construção entendemos que é preciso que se tenha não só a compreensão do conhecimento científico e suas particularidades como também conhecer a realidade social em que se está, suas transformações e significações para o processo de aprendizagem.

No período do regime militar, com interesses americanos consolidados no Brasil para a atuação de acordo com as exigências capitalistas, percebemos que o desempenho praticado pelo projeto MEC/OEA foi importante para o desenvolvimento da escola pública na região.

Finalmente podemos refletir sobre a história da escola pública na região oeste do Paraná, como uma construção de interferências políticas e econômicas, buscando atender o desenvolvimento da região e as necessidades da sociedade capitalista do momento. Percebendo que o projeto MEC/OEA como um instrumento pautado pelas ações pedagógicas nas escolas e na formação de professores, pôde ser um dos elementos que fundamentou esta produção.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A Produção da Escola Pública Contemporânea**. Campo Grande, MS: Autores Associados, 2001.

AMORIN, Eliane Dutra. **Arquivos, Pesquisa e as Novas Tecnologias**. In: Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias – questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

CASTANHA, André Paulo – **O Uso da Legislação Educacional Como Fonte: orientações a partir do marxismo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, abr: 2011 - ISSN: 1676-2584.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991 (Dissertação de Mestrado).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Pesquisa, Memória e Documentação: desafios de novas tecnologias**. In: Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias – questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo, SP: Ed. Pioneira Thomson Learning, 2003.

MEC/OEA. **Comunicação da Experiência de Alfabetização do Oeste do Paraná: Modelo 'Erasmus Pilotto'**. ASSOESTE, Cascavel, PR - Ed. Educativa, 1982.

MEC/OEA. **Programa Regional de Desenvolvimento Educacional**. Documento de Consulta: Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil – Paraguai – Uruguai 19. Organização dos Estados Americanos. Resolução de Mar del Plata. Criação do Projeto 19, 1974.

MEC/OEA. **Relatório Final**. ASSOESTE, Cascavel, PR - Ed. Educativa, 1983.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares**. In: Nascimento, Maria Isabel Moura; [et al.], (orgs.) / Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. – Campinas, SP; Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Ponta Grossa – PR, UEPG / 2007 – (Coleção memória da educação).

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; [et al.], (orgs.) / **Arquivos Escolares e pesquisa histórica: fontes para estudo da educação brasileira.** – Campinas, SP; Pró-Posições / Universidade de Campinas; V16, n.1 (46). Jan / Abr: 2005; Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação – UNICAMP.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 18oed. re. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, RJ – 28 ed: Editora Vozes, 2003.

SIMSON, Alga R. de Moraes Von. **O exemplo do Centro de Memória da Unicamp.** In: Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias – questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **As Novas Tecnologias e a Pesquisa em História da Educação.** In: Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias – questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.